

Debates

30 DE MARÇO DE 2020

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PDL 3/20. Discorre sobre o rito de apreciação da propositura em tela.
2 - ISA PENNA
Discute o PDL 3/20.
3 - CARLÃO PIGNATARI
Para questão de ordem, indaga acerca da possibilidade de modificar o rito de apreciação do projeto, por meio de votação.
4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Responde negativamente à questão de ordem do deputado Carlão Pignatari.
5 - CARLÃO PIGNATARI
Discute o PDL 3/20.
6 - PAULO LULA FIORILO
Discute o PDL 3/20.
7 - BRUNO GANEM
Discute o PDL 3/20.
8 - SARGENTO NERI
Discute o PDL 3/20.
9 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA
Discute o PDL 3/20.
10 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Presta esclarecimentos à deputada Monica da Bancada Ativista. Discorre sobre os trabalhos da presente sessão.
11 - DOUGLAS GARCIA
Discute o PDL 3/20.
12 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Dá conhecimento da lista dos parlamentares ainda inscritos para discutir o PDL 3/20.
13 - PROFESSORA BEBEL LULA
Discute o PDL 3/20.
14 - ROBERTO MORAIS
Discute o PDL 3/20.
15 - MARCIO NAKASHIMA
Discute o PDL 3/20.
16 - PROFESSOR KENNY
Discute o PDL 3/20.
17 - DIRCEU DALBEN
Discute o PDL 3/20.
18 - TEONILIO BARBA LULA
Discute o PDL 3/20.
19 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Explica aos parlamentares o procedimento para a apresentação de requerimentos de método de votação.
20 - DRA. DAMARIS MOURA
Discute o PDL 3/20.
21 - RODRIGO GAMBALE
Discute o PDL 3/20.
22 - CARLOS CEZAR
Discute o PDL 3/20.
23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a discussão do PDL 3/20. Coloca em votação requerimento, da deputada Monica da Bancada Ativista, de método de votação ao projeto.
24 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PDL 3/20, em nome do PSOL.
25 - CARLÃO PIGNATARI
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PDL 3/20, em nome do Governo.
26 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Tece comentários sobre o processo de votação do PDL 3/20.
27 - ENIO LULA TATTO
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PDL 3/20, em nome do PT.
28 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Lembra a realização da próxima sessão extraordinária em ambiente virtual, a ter início às 17 horas e 10 minutos. Encerra a sessão.
* * *

-Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.
* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente virtualmente o número de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, está aberta a sessão.
Ordem do dia.
* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está aberto, nesse momento, o chat para inscrição dos deputados que dese- jam discutir o item 1 - Discussão e votação do Projeto de decre- to legislativo no 3, de 2020, de autoria da Comissão de Cons- tituição, Justiça e Redação, que reconhece, para efeitos do Art. 65 da Lei Complementar Federal no 101, de quatro de maio de 2000, o estado de calamidade pública do estado de São Paulo.

Parecer no 120, de 2020, da reunião conjunta das Comis- sões de Assuntos Metropolitanos e Municipais e de Fiscalização e Controle, com voto favorável.

Só lembrando as Sras. Deputadas e Srs. Deputados que, nesse momento, temos 63 deputados conectados, acompanhando a nossa sessão virtual.

Então, em discussão o item 1 - Discussão e votação do Pro- jeto no 3. Para falar, se inscreve para utilizar da palavra a depu- tada Isa Penna, que tem o tempo regimental de 10 minutos.

Faço um apelo a todos os parlamentares: nós temos duas sessões de duas horas e 30 minutos cada uma, para conseguir votar três projetos de decreto legislativo. Lembrando que esses projetos têm um rito diferente, previsto no Regimento Interno, onde, dentro desse rito, são duas horas de discussão e, encerra- da a discussão, encaminhamentos e processo de votação.

Caso todos os parlamentares se inscrevam nas duas horas, provavelmente nós não conseguiríamos deliberar todos esses projetos no dia de hoje. Então, faço um apelo àqueles que puderem...

É claro, é direito de cada um usar os seus 10 minutos, mas aqueles que puderem falar o mínimo necessário, seria impor- tante, para que a gente consiga fazer a votação. É claro, eu ressalvo que todos têm o direito de falar 10 minutos.

Com a palavra, a deputada Isa Penna.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR
- Boa tarde a todas e todos, todas as que nos acompanham pela TV AleSp, todos os colegas. Quero fazer votos de saúde, de melhoras, para todos os deputados que já se encontram contaminados.

Por isso que é uma pandemia e já virou um estado de emergência mundial. Então, nesse sentido, é fundamental a votação consensual, na Casa Legislativa, que agora se reúne virtualmente, da aprovação do estado de calamidade no estado de São Paulo.

É preciso... E nesses últimos dias, para todos nós, enquanto deputados e deputadas, a angústia é muito grande para que a gente consiga colocar em exercício a nossa função.

Acho que existe, de uma forma geral, uma necessidade de que o Legislativo do estado de São Paulo se coloque cada vez de forma mais presente, de forma mais ativa. Então, eu começo a minha fala destacando os projetos de lei dos deputados que já estão protocolados.

Por quê? Porque nós somos aqui, nesse colegiado, nesse Parlamento, muito plurais. Nós viemos de diversos lugares; seja do interior; seja da capital; sejam jovens; sejam com mais experiência.

Portanto, os projetos de lei dos deputados trazem consigo essa diversidade, que precisa ser mais do que nunca respeitada. É preciso dizer que cada vez mais a gente vê que essa doença não é uma gripezinha.

É preciso destacar a irresponsabilidade do governo federal. E aí, nesse sentido, é impossível não falar disso. Porque nós estamos aqui e nossa função, enquanto legisladores, é orientar a população.

Então, além de apresentar projetos de lei, além de colocar propostas, de sermos ativos, de essa Casa Legislativa e esse presidente que coordena essa Casa colocar esses projetos de lei em discussão, é fundamental que nós também sejamos portadores daquilo que é a verdade.

Existe aquilo que é a disputa de ideias, na argumentação, que é legítima, e existe aquilo que são fatos. O nosso presiden- te está ignorando os fatos. Ele não está trabalhando com a possi- bilidade que o seu ministro da Saúde, o seu ministro, que ele mesmo nomeou, já disse que, se nós não continuarmos o isolam- ento social horizontal - ou seja, não apenas daqueles sujeitos que são do grupo de risco -, nós podemos ter um cenário, mais pra frente, de caminhões do Exército transportando corpos.

Isso não são palavras minhas; são palavras do ministro da Saúde do governo do Jair Bolsonaro. O Jair Bolsonaro, que infelzimente, inclusive, está sendo cada vez mais conhecido como o presidente da irresponsabilidade.

Em um momento em que, até agora, o único medicamento, a única medida que se comprovou eficaz - é preciso que se diga, e eu faço um apelo, aqui, aos deputados para que falem isso em suas bases - contra essa doença foi o isolamento social, para conter a disseminação.

Nós, por enquanto, estamos vendo a realidade nos Estados Unidos e na Europa. Nós ainda não vimos como essa doença vai se espalhar, no seu pico, no seu auge; nós ainda não chegamos a ver num país que tem tantas favelas como tem o Brasil. Então, a contaminação tende a ser superior.

No cenário mais pessimista, a Imperial College of London soltou um gráfico: no cenário menos pessimista, são 44 mil mortes; Deus nos livre, espero que a gente não chegue a esse número. Mas, no pior dos cenários, a gente está falando de milhões de mortes.

Então, não é possível que essa Casa (Ininteligível). Isso não é ideologizar o debate de forma nenhuma. Isso se trata de orientações práticas que a população e que essa Casa precisa dar com firmeza aos que nos ouvem agora, aos que nos têm como referência política.

É preciso que a população fique em casa, é preciso que os patrões dispensem seus funcionários para trabalhar de casa e garantam a remuneração deles. Assim como nós devemos fazer com aqueles trabalhadores que trabalham nas nossas casas. É preciso elevar ao máximo o nosso espírito e o nosso sentimento de solidariedade e empatia com aqueles que mais precisam.

Por isso que nós apresentamos um projeto de lei que versa, por exemplo, sobre as mulheres que estão em situação de violência doméstica. Como ficarão as mulheres que estão em situação de violência doméstica em quarentena com seus agressores? Como ficarão os servidores públicos?

E aí, sim, os servidores públicos dos serviços essenciais não poderão parar. Esse é o espírito; nós, inclusive, aqui, não estamos parando. É que na nossa profissão é possível trabalhar virtualmente, mas há profissões como os profissionais da Saúde, os profissionais da Segurança Pública: eles não vão poder parar em nenhum momento? Ou seja, é preciso uma atenção especial a esses profissionais.

Por isso, nós apresentamos um projeto de lei, também, que prevê medidas emergenciais para evitar o contágio entre esses profissionais. E também a situação dos presídios.

Se nós aplicarmos a taxa de mortalidade de países de primeiro mundo - 3,4% -, que nós ainda não atingimos no Brasil, mas é possível, e os cientistas falam que não só nós vamos atingir, como é possível, quase certo que nós vamos, infelizmente.

Isso é a ciência que está falando, especialistas que estão sendo entrevistados todos os dias. É possível que no Brasil a gente supere essa taxa.

Do ponto de vista do sistema penitenciário, isso significa entre oito mil a 10 mil mortos só no estado de São Paulo. Nós estamos falando de um ambiente que tem tuberculosos, um ambiente que tem concentração de pessoas tuberculosas, uma concentração de pessoas soropositivas.

Então, é preciso uma atenção especial. Nós entramos com um projeto de lei que implementa um fundo emergencial para empregadores, para empregados, para trabalhadores afetados pela crise; ou seja, nós implementamos isso como uma possibi- lidade de arrecadação do Estado.

E, por fim, queria dar um destaque aqui a outro projeto, que prevê que os leitos dos hospitais privados sejam submeti- dos aos interesses públicos. Isso foi feito na Espanha, isso foi feito na Itália.

É fundamental que isso seja feito também no Brasil, porque o coronavírus não vê classe social, não vê gênero, não vê cor; ele está por todas as partes. Por fim, saudar a votação que aprovou o projeto de renda mínima no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, e torcer para que ele seja novamente, hoje, aprovado no Senado.

À luz do que foi apresentado em âmbito nacional, apre- sentamos também aqui no estado de São Paulo. E eu peço... Sei que é exaustivo, sei que é um aflitivo momento, mas eu peço que nesse momento nós não tenhamos uma postura antidemocrá- tica de “só vamos colocar o projeto de lei do governo agora em discussão”.

Nós estamos aqui, e eu estou aqui para reivindicar que essa Presidência coloque os projetos de lei dos deputados todos. Altair Moraes apresentou projeto de lei; Gil Diniz apre- sentou projeto de lei; PSB apresentou; quase todos os deputa- dos. E projetos muito bons, projetos que precisam ser discutidos. Então, queria ter falado muito menos. Acho que as medidas que o (Ininteligível.) está fazendo são importantes, mas são insuficientes, porque é preciso pensar no contágio das pessoas que não têm sequer água para lavar as mãos e não têm sequer sabão.

Por isso, destacar as iniciativas de solidariedade que estão acontecendo nas periferias da cidade de São Paulo. É muito importante que a gente se some a elas, que a gente, nos nossos espaços, nas nossas bases, replique essas ações de solidarie- dade.

Então, deixar aqui, para todo mundo que está assistindo a gente: fique em casa se puder, não deixe de lavar as mãos. Hoje, nós estamos num momento de coletividade...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para concluir, Isa.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Ser diretas e claras. Essa é uma das funções do Legislativo. Obrigada, presidente. Desculpa não ter falado menos de 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para discutir o PDL, o deputado Carlão Pignatari. Só lembrando àqueles depu- tados que não acompanham: quem quiser fazer as inscrições via chat do aplicativo e também questões de ordem via chat do aplicativo. Carlão Pignatari, para discutir o PDL.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presidente... Presidente Cauê.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Estou te ouvindo, Carlão. Tem a palavra para falar 10 minutos.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB – No chat, primeiro eu colocoiei, presidente, uma questão de ordem e, em seguida, me inscrever para falar. Eu posso fazer a questão de ordem ou espero?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Eu não recebi aqui, da equipe, questão de ordem, apenas inscrição.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Na mesma linha: fiz questão de ordem e me inscrever para falar.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É que eu não recebi, no chat, a questão de ordem, deputado Carlão. Sugiro que V. Exa. vá fazendo uso da fala e, no final, se possível, a gente faz a questão de ordem.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu prefiro fazer a ques- tão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Então, pois não, faça a questão de ordem, deputado Carlão. Qual é a ques- tão de ordem de Vossa Excelência?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - É o seguinte: nós estamos aqui, agora nós temos 70 e tantos deputados participantes, Sr. Presidente.

Uma questão de ordem: o Regimento fala que nós temos 10 minutos cada deputado. Se nós fizermos uma votação virtual para que isso passe a três minutos, em vez de seis deputados por hora, para falar, nós vamos ter 20 deputados por hora. Eu queria ouvir se isso é possível ou não.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não é possível, deputado Carlão. Nós estamos seguindo as regras regimentais. Inclusive, este projeto, especificamente, tem um rito ordinário em relação à sua deliberação; ele precisa ser cumprido, dentro do processo do rito.

O que se pode é um acordo, entre os deputados, de terem 10 minutos para falar e falarem apenas três minutos. Agora, eu não posso impedir os deputados de utilizarem o tempo de 10 minutos.

Agora, o que acontece é que provavelmente amanhã nós teremos, de novo, que ter uma sessão para concluir o processo de votação e deliberação dessas deliberações dos três projetos de hoje.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presidente, se encerrar as duas horas, encerrou...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Encerrou as duas horas, acabou a discussão. Duas horas, exatamente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Aí é votação?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Aí é votação.

Em discussão. Vossa Excelência tem a palavra, deputado Carlão.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Presidente, eu gostaria de pedir a todos os deputados... Primeiro, cumprimentar o senhor; cumprimentar todos os deputados.

Eu entendo a angústia de cada um dos deputados para poder falar e discutir. Mas, nós poderíamos votar rapidamente esses projetos, diminuir o tempo de discussão de cada um.

O governo de São Paulo recebeu, apenas este fim de sema- na e até hoje, 180 milhões de reais de doações de equipamen- tos, de dinheiro, de EPI dos nossos hospitais públicos.

Eu acho que é importante a gente frisar que o empresaria- do paulista está ajudando - e está ajudando muito - a gente a combater, a gente a enfrentar esse perigoso vírus que está trazen- do muita preocupação a todos os moradores de São Paulo.

Com certeza, nós sabemos das dificuldades de cada um. Eu vi, nas redes sociais, alguns que vão votar contra, outros que vão votar a favor, mas o que nós queremos, presidente, é apenas dizer o seguinte: se houver anuência de cada um dos deputados, mais deputados poderão fazer a colocação.

Se não, quando chegar duas horas, infelizmente será encer- rada a discussão, e aí sim vai à votação cada um dos projetos. E ficam falando apenas cinco, seis ou no máximo sete deputados; o resto vai ficar, os outros que estiverem inscritos vão ficar sem falar.

Então, era isso: pedir muito mais apoio aos deputados, que cada um, se puder falar de dois a três minutos, fazer a sua colocação, eu acho importante. Não queremos cercear o direito de cada um, como o próprio presidente falou, mas sim a gente deixar muito claro que a nossa intenção é votar o mais rápido possível estes projetos que são de extrema importância não só para o estado de São Paulo, para o município, mas para todos os municípios paulistas.

Apenas isso, presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado, Carlão. O próximo inscrito é o deputado Paulo Fiorilo. Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORA- DOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quem nos acompanha pela Rede AleSp, eu vou tentar ser mais econômico e não gastar os meus sete minutos, os meus dez minutos, aliás.

Eu queria apresentar aqui algumas preocupações que eu level à reunião das comissões com relação ao decreto do governador.

Primeiro, quero dizer que o Partido dos Trabalhadores é favorável ao decreto que estabelece calamidade, mas nós observamos basicamente duas ou três questões que eu gostaria de retomar.

A primeira delas é que o decreto do governador deveria ser mais específico, principalmente no que diz respeito aos recursos que serão gastos no combate à Covid-19. Isso é fundamental, até porque nós vamos enfrentar ainda a parte mais difícil dessa pandemia. O Brasil ainda não atingiu o topo da montanha.

Nós estamos vivendo um momento muito delicado, princi- palmente pelas contradições de informações dos movimentos realizados pela Presidência da República e pelos governadores e prefeitos, o que é muito ruim neste momento.

Por isso, nós achávamos que era fundamental precisar que os recursos seriam gastos na questão do combate ao corona- vírus, na mitigação dos problemas econômicos e, por fim, na criação de uma rede de proteção aos mais vulneráveis, aos que perderão seus empregos, aos que já não têm empregos, aos que são subempregados, aos que trabalham como Uber, àqueles que estão nos faróis, àqueles que o presidente está preocupado.

É desses que nós estamos falando, que o governador pre- cisa incorporar ao seu discurso. Por que eu digo isso? Primeiro, a “Folha de S. Paulo” ontem estampou uma manchete: “Nas favelas, moradores passam fome e começam a sair às ruas”. Essa é uma manchete gravíssima, em um momento delicadís- simo em que as pessoas começam a não ter mais comida em casa.

A geladeira está vazia, e as pessoas não sabem exatamen- te o que vão fazer, até porque o Senado ainda não aprovou o Programa de Renda Mínima, mas o Estado precisa se antecipar.

O governador ontem publicou, no jornal “O Estado de S. Paulo”, um artigo com o seguinte título: “Serenidade e equilí- brio para enfrentar a crise”. É verdade, é preciso serenidade e equilíbrio para enfrentar a crise, mas é preciso mais do que isso.

No artigo, o governador toca por seis vezes nas questões econômicas e apenas na a questão social, dizendo que vai dar 55 reais para 700 mil crianças da rede estadual, 55 reais. Ao mesmo tempo, ele diz que vai dar 500 mil aos empresários.

Eu não sou contra ajudar empresário, acho que é preciso, mas é preciso ter garantias. Nós vamos ajudar o empresário, mas ele não pode demitir e, se puder, tem que manter mais empregados no seu ramo.

Agora, 55 reais para 700 mil alunos representam, se consi- derarmos três meses, 121 milhões, contra 500 milhões. O gover- nador precisa olhar para aqueles que mais precisam, precisa olhar para os presidiários, para os moradores em situação de rua. Esse é o debate que eu propus na reunião das comissões.

Falei com o líder do governo, deputado Carlão Pignatari, porque eu acho que nós daremos uma contribuição fundamen- tal, principalmente para as pessoas que precisam ficar em casa, que não têm que fazer carreaeta, que não têm que sair, que têm que entender o momento que estamos vivendo, para a gente não repetir a Itália, para a gente não repetir a Espanha, para a gente não repetir os Estados Unidos.

Aliás, o presidente Trump agora recua nas posições anterio- res. Deveria, quem sabe, orientar o seu pupilo para que também aqui a gente pudesse ter essa orientação contra qualquer tipo de manifestação e de aglomeração.

Eu queria terminar dizendo, Sr. Presidente, duas últimas coisas. Primeiro, as prefeituras, em especial a Prefeitura de São Paulo, e o Governo do Estado precisam ter uma atenção especial a quem mora nas periferias das cidades, porque lá as pessoas têm muitas dificuldades.

Elas não estão em casa, porque nem sempre elas têm uma casa. Elas estão nas ruas, e é preciso olhar isso com carinho, é preciso orientar, é preciso colocar assistência social, é preciso disponibilizar recursos para os equipamentos de proteção indivi- dual, isso é fundamental para a assistência.

Por fim, e não menos importante, Sr. Presidente, quero dizer que a bancada do Partido dos Trabalhadores quer discutir um programa, um plano para ser apresentado como projeto de lei mas também para discutir com o governador.

Queria dizer que é possível usar recursos que estão para- dos nos fundos que existem no Estado. O fundo do Tribunal de Justiça tem quase dois bilhões. Se considerarmos todos os outros fundos, excetuando Saúde e Educação, nós chegaríamos a cinco bilhões.

Esses recursos poderiam ser imediatamente utilizados, basta o governador mandar projeto de lei dizendo: “Vamos mudar o uso dos fundos”, para que a gente possa usar esses recursos para a assistência, para o combate ao coronavírus, e principalmente para ajudar aqueles que são mais vulneráveis na sociedade, aqueles que estão desempregados, que estão subempregados.

Por isso, queria deixar esse apelo, e que o Governo do Esta- do, junto com a Assembleia, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas, constitua um comitê para dialogar permanentemente sobre as ações que estão sendo feitas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O próximo inscrito é o deputado Bruno Ganem. Tem a palavra V. Exa., deputado Bruno Ganem.

O SR. BRUNO GANEM - PODE – SEM REVISÃO DO ORA- DOR - Boa tarde. Em relação a essa situação bastante grave, a gente tem acompanhado, desde o meio de janeiro, alguns sites que vêm trazendo isso, desde quando, enfim, a China ainda continha toda a situação.

Aí começou a escapar para lá, para cá, e o que eu queria enfatizar... Eu pretendo ser breve, na medida do possível, seguindo aquilo que o presidente Cauê pediu e também o Carlão, para que a gente possa enfim poder caminhar, mas eu queria fazer algumas ponderações.

Primeiro, quando a gente compara... Eu vejo a gente sem- pre comparando com a Itália e com a Espanha em número de mortes, etc., só que a gente não tem garantia nenhuma de que a Itália e a Espanha estão no fundo do poço.

A situação pode ser muito mais grave. Quando a gente fala de manter a calma e não ser alarmista, talvez seja justamente o contrário. Talvez a gente devesse, sim, dar um remédio mais amargo, mas que nos permitisse, enfim, estancar enquanto é tempo. É uma reflexão que eu quero fazer.

A gente vê que é um problema que, se a gente deixasse totalmente solto, se a gente vivesse em um mundo zero por cento científico, zero por cento organizado, a taxa de mortes é impressionante. Quando a gente considera o que aconteceu na China...Eu gosto de ver bastante aquela informação que fala dos casos resolvidos, porque, é claro, tem casos que a pessoa não morreu, mas está lá internada.

Quando você pega os casos resolvidos, que na China dá mais de 4% entre pessoas curadas versus pessoas que morre- ram. E a China é um país que conseguiu monitorar bastante os casos; a gente fala “Ah, tem muita subnotificação”, eu acredito nisto e até acredito que na China também teve, mas muito menos do que em outros países.

Então, é algo muito relevante controlar, se a gente conse- guir fazer um esforço social grande, a gente consegue barrar... A gente vai ter alguns desafios pela frente, a Itália agora e a Espanha parece que estão conseguindo controlar o número de casos, mas a gente não pode esquecer que o Irã também teve uma curva descendente interessante nos últimos dias, de 10 dias até os últimos três, teve uma queda interessante e agora já acelerou de novo.

Eu acho que isto está muito ligado também ao fator psi- cológico da população, acho que a gente tem que ser bastante franco, e, claro, a taxa de mortos cresce muito quando a gente entra em colapso do sistema de saúde.

Ou seja, é uma coisa que realmente vai exigir da gente um esforço social muito grande, acho que a gente tem que trabalhar, esquecer um pouco essas questões partidárias, e cada um a seu modo, cada um com suas convicções, mas mostrar a seriedade daquilo que a gente tem pela frente.

E aí, dentro desta lógica em termos práticos, eu particu- larmente tenho visto muito sucesso em iniciativas que visam a testar todo mundo, testar, testar e testar. Inclusive, tem até um prêmio Nobel que tem tratado desta questão, de realmen- te colocar um esforço social enorme, um esforço econômico enorme, já que a economia está toda de ponta-cabeça, vamos colocar a economia para produzir, na medida do possível, testes.

Vamos testar todo mundo. Diagnosticou alguém, vamos buscar as pessoas que podem ter transmitido. Com isso, você consegue fazer um trabalho bastante interessante de controle.

Aí, eu quero entrar em um aspecto bem prático: eu tenho questionado a Secretaria Estadual de Saúde em relação à len- tidão para saírem os resultados. Obtive um resultado que foi o compromisso de que isto está mudando, de que vai acelerar.

Mas, enfim, a gente recebeu informação, através de e-mails de comunicação, de mais de 12, 13 mil casos suspeitos que o resultado não saiu.

Para vocês terem uma ideia, Indaiautuba, meu município, tem mais de 100 casos suspeitos e hoje saiu a primeira con- firmação; mas fica até uma coisa muito ruim perante a própria população, que não sabe o que efetivamente está acontecendo, quando devia ser o contrário, a gente devia era testar muito, para a gente poder fazer um trabalho bastante importante com as pessoas que foram diagnosticadas.

Vou dar um exemplo aqui, do nosso amigo Ataide Teruel, agente que foi diagnosticado e eu converso com ele, os cuida- dos que foram tomados com ele em relação a não transmitir à própria família, cuidados de saúde, apesar de, graças a Deus, ele estar bem, eu acho que mostram bem a importância de você saber de verdade quem está com a doença e quem não está, inclusive os assintomáticos.

Enfatizando, é um problema muito grave social, econômico, de saúde; eu sei que custa caro testar, mas vale a pena, eu acho que a gente tem que sair testando, como os países que efeti- vamente estão conseguindo ter um controle desta situação - a própria Coreia do Sul fez um trabalho bastante interessante em relação a isto, a China. Enfim, precisamos testar.

Quero deixar aí a minha ênfase, eu pretendia falar três minutos, mas, no fim das contas, eu vou fazer o contrário, eu vou deixar sobrar três minutos e passar a minha palavra, mas queria registrar isto.

Eu gostaria de colocar toda a ênfase da minha fala em “testar”, os testes não estão ocorrendo como deveriam, a gente deveria colocar um esforço neste aspecto: testar.

Muito obrigado.